



1. Conjuntura Econômica

Sumário:

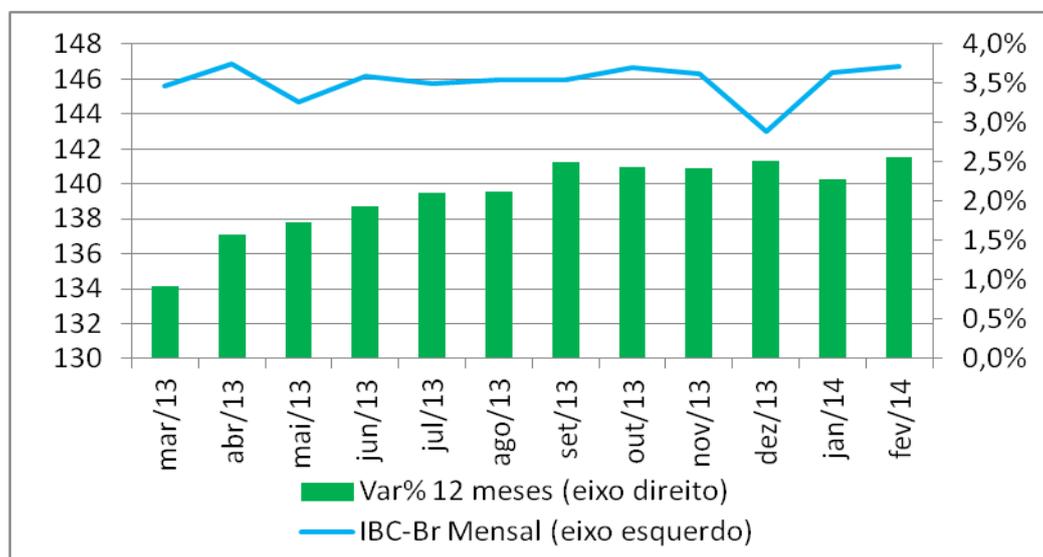
1. Conjuntura Econômica	1
2. Acompanhamento da Execução Orçamentária	6
2.1 Receita Arrecadada da PMSP	6
2.2 Despesa Liquidada	9
3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP	14
4. Despesas e Desempenho do Sistema de Saúde - São Paulo	16
5. Estudos - CBO	29

1.1 Atividade Econômica - Brasil

A atividade econômica brasileira registrou, em fevereiro/2014, um crescimento de 0,24% com relação a janeiro/2013, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br. O resultado sucede a expansão de 2,35% (valores revisados) observada em janeiro/2013. O Gráfico 1.1 ilustra a evolução mensal do índice em 2013 e 2014.

Nos últimos 12 meses (mar/13 a fev/14), o crescimento acumulado foi de 2,57% (Gráfico 1.1) em relação aos 12 meses anteriores (mar/12 a fev/13).

Gráfico 1.1 - IBC-Br – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses
(dados dessazonalizados)



Fonte: Banco Central do Brasil

A produção da indústria nacional apresentou, no mês de fevereiro, crescimento de 0,4% em relação a janeiro (dados dessazonalizados), mês em que se registrou crescimento de 3,8% (dados revisados). No acumulado dos últimos 12 meses (mar/13 a fev/14), o indicador de produção industrial cresceu 1,1% em relação aos 12 meses anteriores (mar/12 a fev/13).

A expansão de produção da indústria foi generalizada, alcançando 19 dos 27 ramos pesquisados. A principal influência positiva foi registrada pela indústria de veículos automotores, que cresceu 7,0% no mês.

Com relação aos dados do mês de março/2014, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA aponta uma queda de 3,6%, em relação a fevereiro, da produção em unidades de autoveículos, e uma queda de 13,8% na produção de máquinas agrícolas automotrizes. No acumulado dos três primeiros meses do ano, houve uma queda de 8,4% da produção em unidades de autoveículos e uma queda de 13,0% na produção de máquinas agrícolas automotrizes em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista apresentou, em fevereiro, crescimento real de 0,2% (dados dessazonalizados) em relação a janeiro/14, mês em que havia registrado expansão de 0,4% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses (mar/13 a fev/14), o volume de vendas do comércio varejista nacional registrou alta real de 5,0% em comparação com o período anterior de 12 meses (mar/12 a fev/13).

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE mostrou que o setor de serviços nacional teve, em fevereiro/14, um crescimento de 10,4% da sua receita nominal em relação a fevereiro/13. Em janeiro/14, o crescimento nominal havia sido de 9,2% (dados revisados) em relação a janeiro/13.

No acumulado dos últimos 12 meses (mar/13 a fev/14), a receita nominal registrou crescimento de 8,7% em comparação com o período anterior de 12 meses (mar/12 a fev/13).

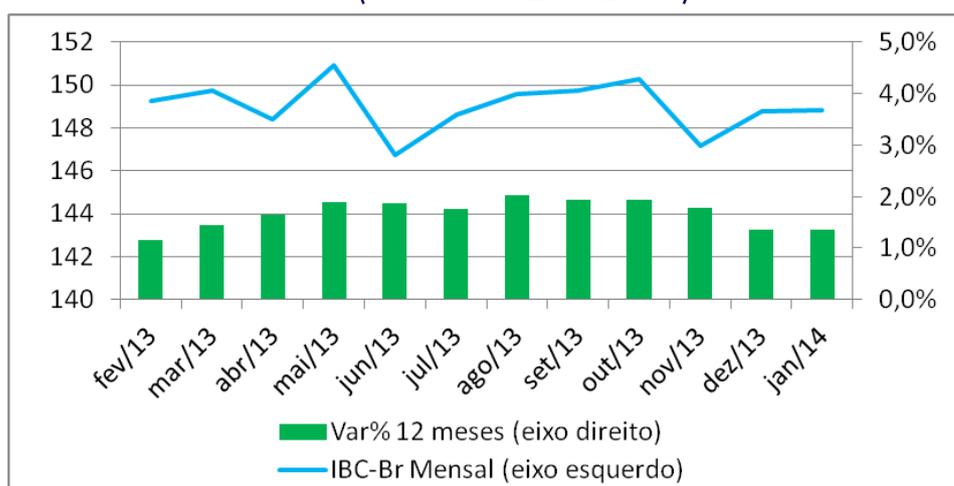
1.2 Atividade Econômica - São Paulo

A atividade econômica paulista registrou, em fevereiro, crescimento de 0,03% em relação ao mês anterior, segundo o Índice de Atividade Econômica Regional - São Paulo do Banco Central - IBCr - SP (Gráfico 1.2). Em janeiro, o índice havia apontado expansão de 1,1%

(dados revisados) da atividade econômica paulista.

O crescimento acumulado nos últimos 12 meses (mar/13 a fev/14) foi de 1,4% em relação aos 12 meses anteriores (mar/12 a fev/13).

Gráfico 1.2 - IBCr - SP - Est. São Paulo – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses (dados dessazonalizados)

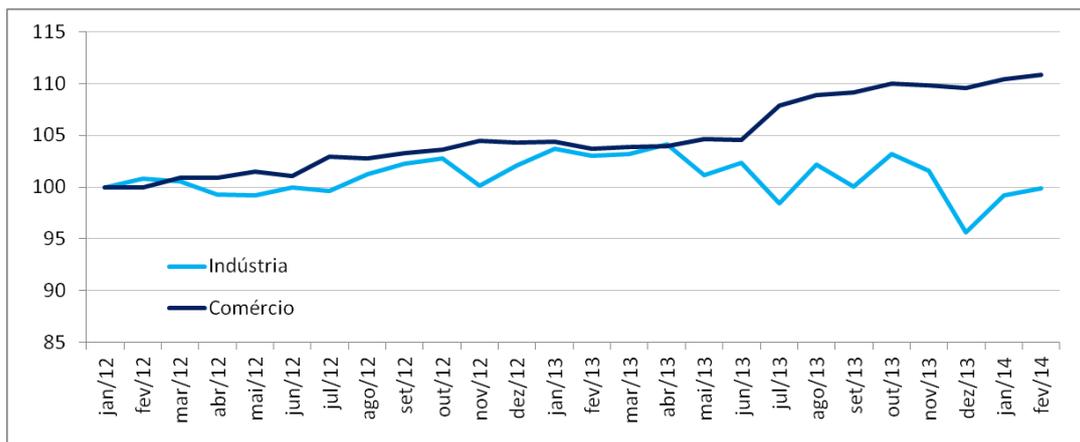


Fonte: Banco Central do Brasil

Em fevereiro, ainda se recuperando da queda observada em dezembro, a produção da indústria paulista apresentou crescimento de 0,7% (dados dessazonalizados). Em janeiro/14, havia sido registrada expansão de 3,7% (dados revisados) na comparação com o mês de dezembro/13. Apesar da alta de fevereiro, no acumulado dos últimos 12 meses (mar/13 a fev/14), a produção apresenta queda de 0,1% em relação aos 12 meses anteriores (mar/12 a fev/13).

Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista paulista registrou crescimento real de 0,4% em fevereiro (dados dessazonalizados) em relação a janeiro, mês em que havia apresentado expansão de 0,8% (dados revisados) em relação ao mês anterior. No acumulado dos últimos 12 meses (mar/13 a fev/14), o volume de vendas do comércio varejista paulista registrou alta de 4,9% em comparação com os 12 meses anteriores (mar/12 a fev/13).

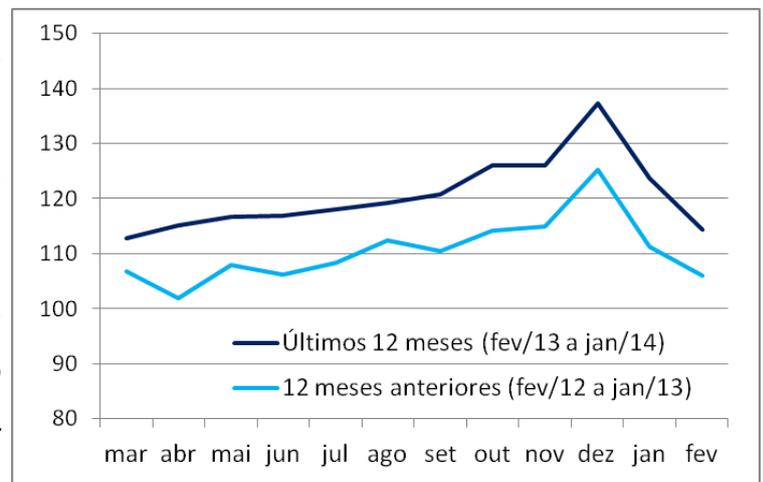
Gráfico 1.4 - Produção Industrial e Comércio Varejista no Estado de SP
Índice base/janeiro 2012 = 100



Fonte: Indústria - Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física / IBGE
Comércio - Pesquisa Mensal do Comércio / IBGE

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, o setor de serviços paulista mostrou, em fevereiro/14, um crescimento de 7,9% da sua receita nominal em relação a fevereiro/13. Em janeiro/14, o crescimento nominal havia sido de 11,1% em relação a janeiro/13. No acumulado dos últimos 12 meses (mar/13 a fev/14), a receita nominal registrou crescimento de 9,2% em comparação com o período anterior de 12 meses (mar/12 a fev/13).

Gráfico 1.5 - Índice de Receita Nominal do Setor de Serviços - Estado de SP

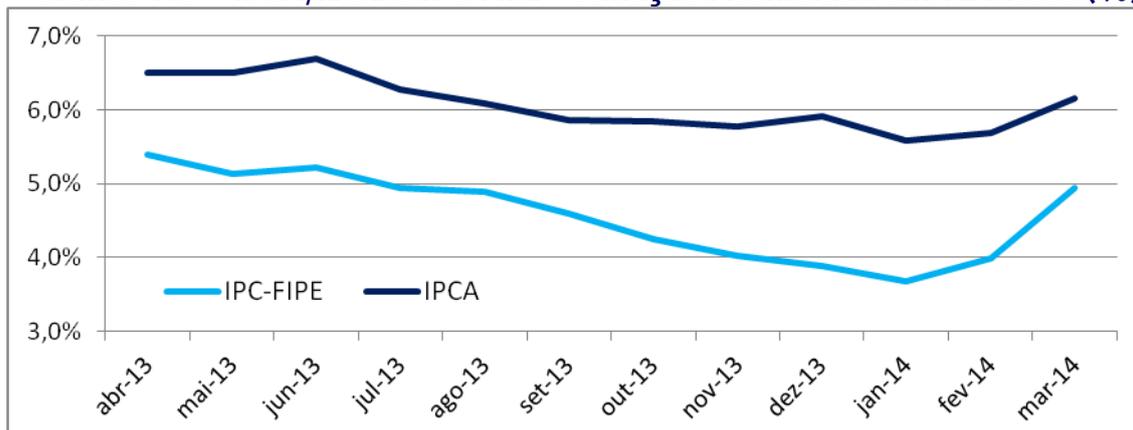


Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços / IBGE

1.3 Inflação e Política Monetária

Em março, o IPC-FIPE registrou inflação de 0,74% do nível de preços na cidade de São Paulo. No mês anterior, o índice havia registrado inflação de 0,52%. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação do IPC-FIPE elevou-se de 3,99% para 4,93% (Gráfico 1.6).

A taxa de inflação de março registrada no país pelo IPCA/IBGE, índice de referência para o regime de metas de inflação, foi de 0,92%. Em fevereiro, a taxa havia sido de 0,69%.

Gráfico 1.6 - IPCA/IBGE e IPC-FIPE - Variação Acumulada em 12 Meses (%)

Fontes: IPCA / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
IPC-FIPE / Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Dos nove grupos que compõem o IPCA, quatro apresentaram em março uma variação superior à apurada no mês anterior. O grupo “Alimentação e Bebidas” foi o principal responsável pelo aumento da inflação. Em fevereiro havia apresentado variação de 0,56%, e, em março, passou para 5,97%, representando um impacto de 0,47% sobre o IPCA do mês.

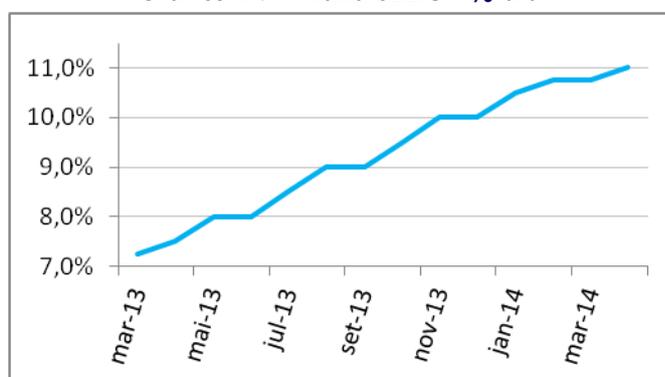
No acumulado dos últimos 12 meses, a variação do IPCA subiu para 6,15% (Gráfico 1.6).

Para o mês de abril, o IPCA-15, índice considerado uma prévia do IPCA, apresentou inflação de 0,78%. Com isso, nos últimos 12 meses, o índice acumula variação de 6,19%.

O regime monetário adotado pelo Banco Central estabelece uma meta anual para inflação (IPCA) de 4,5%, com intervalo de tolerância de 2% para mais ou para menos.

Em resposta à persistência da taxa de inflação em níveis elevados, o Banco Central do Brasil iniciou em abril de 2013 um processo de progressivo aumento da taxa básica de juros, a Selic.

Na reunião de abril, o Comitê de Política Monetária do Banco Central, que fixa a taxa básica de juros, elevou a taxa Selic para 11,0% ao ano (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7 - Taxa SELIC - % a.a

Fonte: Banco Central do Brasil

2. Acompanhamento da Execução Orçamentária

2.1 Receita Arrecadada - PMSP

A receita arrecadada no primeiro trimestre do exercício de 2014 pela administração direta (PMSP), descontadas as deduções da receita corrente, foi de R\$ 10,8 bilhões, o que representa um aumento nominal de 6,0% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2013. Considerando que a infla-

ção acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA/IBGE, foi de 6,15%, a arrecadação apresentou uma queda real de 0,1% (Tabela 2.1).

As receitas correntes (descontadas as deduções) apresentaram um crescimento de real de 1,8%, e as receitas de capital, uma queda real de 70,5%.

Tabela 2.1 - Comparativo Receita Acumulada - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição em 17/04/2014)

	Orçado 2014 (I)	Jan-Mar 2013 (II)	Jan-Mar 2014 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Orç. (III / I)
Rec. Correntes (A)	40.223.848.735	10.539.663.514	11.392.094.055	8,1%	1,8%	28,3%
IPTU	6.648.709.835	2.351.268.999	2.455.770.750	4,4%	-1,6%	36,9%
ITBI	1.480.773.443	277.985.790	304.470.136	9,5%	3,2%	20,6%
ISS	10.774.689.288	2.401.439.801	2.678.391.524	11,5%	5,1%	24,9%
ICMS	7.114.850.097	1.551.491.291	1.580.830.767	1,9%	-4,0%	22,2%
IPVA	2.063.130.914	1.463.482.416	1.549.781.499	5,9%	-0,2%	75,1%
IR	1.333.909.288	260.501.201	292.476.188	12,3%	5,8%	21,9%
FUNDEB	3.423.942.664	823.160.734	894.966.955	8,7%	2,4%	26,1%
SUS	1.986.647.210	340.369.289	435.813.638	28,0%	20,6%	21,9%
FPM	218.455.555	55.936.060	64.216.881	14,8%	8,2%	29,4%
Multas de Trânsito	1.190.500.000	211.557.405	214.946.280	1,6%	-4,3%	18,1%
Demais Rec. Correntes	3.560.189.262	673.935.324	792.156.824	17,5%	10,7%	22,3%
(-) Deduções da Rec. Correntes	-1.959.341.873	-643.707.990	-667.209.733	3,7%	-2,4%	34,1%
Rec. Correntes menos Deduções	38.264.506.862	9.895.955.524	10.724.884.322	8,4%	2,1%	28,0%
Rec. Capital (B)	9.127.490.477	314.878.839	98.542.429	-68,7%	-70,5%	1,1%
Total PMSP (C=A+B)	47.391.997.339	10.210.834.363	10.823.426.751	6,0%	-0,1%	22,8%
Adm. Indireta (D)	3.177.328.248	554.810.548	629.608.263	13,5%	6,9%	19,8%
Consolidado (C+D)	50.569.325.587	10.765.644.910	11.453.035.014	6,4%	0,2%	22,6%

Somando-se a administração indireta, a arrecadação consolidada foi de R\$ 11,5 bilhões, um crescimento nominal de 6,4% frente ao mesmo período de 2013.

A receita arrecadada nos três primeiros meses do ano correspondeu a 22,6% da receita orçada para o ano. Enquanto as receitas correntes da PMSP atingiram 28,3% do orçado, as

receitas de capital da PMSP alcançam 1,1% do valor orçado. Considerando apenas o mês de março, a arrecadação da administração direta (PMSP) foi de R\$ 2,9 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 3,4% em relação a março de 2013 (Tabela 2.2). Em termos reais, houve uma queda de 2,6%.

As receitas correntes (menos deduções) apresentaram um expansão nominal de 8,3%, e as despesas de capital, queda nominal de 86,8%. A receita consolidada (adm. direta e indireta) somou R\$ 3,2 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 4,0% na comparação com março/2013.

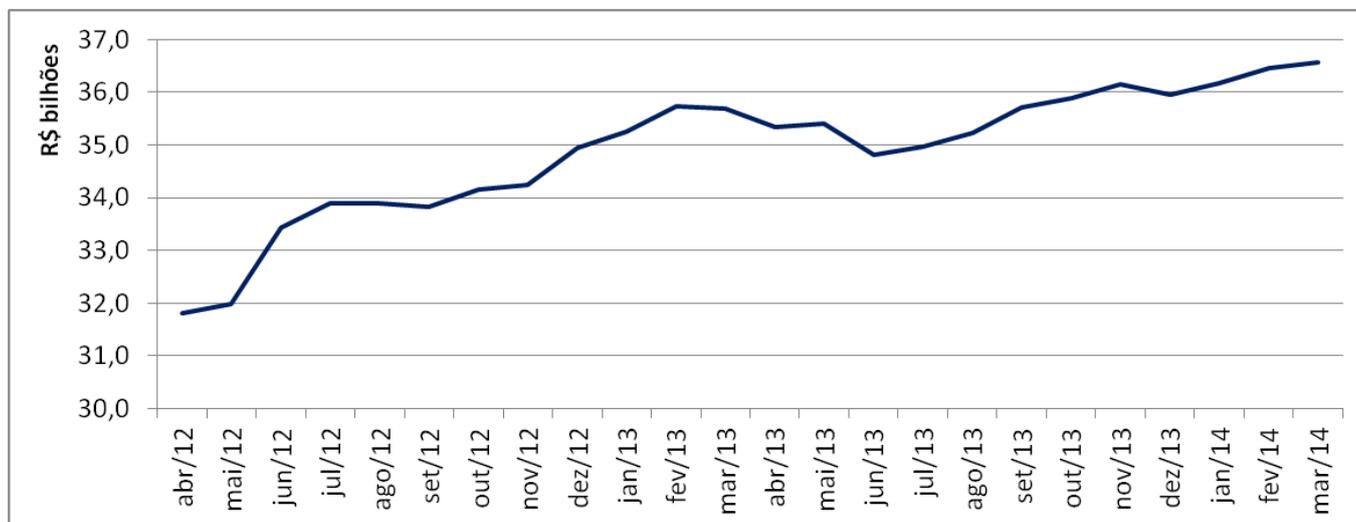
Tabela 2.2 - Comparativo Receita Mensal - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência da PMSP - posição em 17/04/2014)

	Mar 2013 (I)	Mar 2014 (II)	Var.Nom% (II / I)	Var. Real%
Rec. Correntes (A)	2.873.096.454	3.101.425.815	7,9%	1,7%
IPTU	495.853.581	522.817.739	5,4%	-0,7%
ITBI	100.481.881	102.457.804	2,0%	-3,9%
ISS	700.134.384	817.613.879	16,8%	10,0%
ICMS	507.942.165	528.537.169	4,1%	-2,0%
IPVA	263.991.375	272.717.841	3,3%	-2,7%
IR	86.119.380	98.499.012	14,4%	7,7%
FUNDEB	246.126.366	256.508.240	4,2%	-1,8%
SUS	120.340.850	129.596.474	7,7%	1,5%
FPM	13.724.556	15.058.642	9,7%	3,4%
Multas de Trânsito	60.615.041	59.079.428	-2,5%	-8,2%
Demais Rec. Correntes	228.342.049	255.571.802	11,9%	5,4%
(-) Deduções da Rec. Correntes	-167.911.455	-171.059.223	1,9%	-4,0%
Rec. Correntes menos Deduções	2.705.184.999	2.930.366.592	8,3%	2,0%
Rec. Capital (B)	148.160.401	19.557.349	-86,8%	-87,6%
Total PMSP (C=A+B)	2.853.345.400	2.949.923.941	3,4%	-2,6%
Adm. Indireta (D)	188.441.711	214.655.287	13,9%	7,3%
Consolidado (C+D)	3.041.787.111	3.164.579.229	4,0%	-2,0%

O Gráfico 2.2 apresenta a evolução mês a mês da receita arrecadada, no acumulado dos últimos 12 meses, pela administração direta - PMSP.

Gráfico 2.2 - Receita Acumulada 12 Meses - PMSP - Valores Nominais em R\$ bilhões



Fonte: SOF - posição 17/04/2014

2.2. Despesa Liquidada

A despesa liquidada no ano pela administração direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, foi de aproximadamente R\$ 6,2 bilhões até o mês de março, representando um aumento nominal de 12,9% frente ao mesmo período do exercício anterior.

No consolidado da administração direta e indireta, a despesa liquidada totalizou aproximadamente R\$ 8,2 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 15,4% em relação ao primeiro trimestre de 2013 (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 - Comparativo da Despesa Liquidada

(Fonte: SOF, posição 23/04/2014)

	Orçado		Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	2013	2014	Jan-Mar/2013	Jan-Mar/2014		
Despesas Correntes (I)	25.712.630.990	28.666.789.270	4.985.044.557	5.612.895.237	12,6%	6,1%
Pessoal e Encargos Sociais	9.111.158.732	10.070.082.171	1.953.402.925	2.110.926.290	8,1%	1,8%
Juros e Encargos da Dívida	2.988.093.998	3.079.912.801	668.835.387	682.042.898	2,0%	-3,9%
Outras Despesas Correntes	13.613.378.260	15.516.794.298	2.362.806.244	2.819.926.050	19,3%	12,4%
Despesas de Capital (II)	7.863.115.477	12.288.381.209	585.164.403	674.138.587	15,2%	8,5%
Investimentos	6.177.894.179	10.356.200.439	250.643.942	333.519.479	33,1%	25,4%
Inversões Financeiras	460.240.000	366.614.000	950.000	0	-100,0%	-100,0%
Amortização da Dívida	1.224.981.298	1.565.566.770	333.570.461	340.619.108	2,1%	-3,8%
Reserva de Contingência (III)	1.000.000	1.000	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	33.576.746.467	40.955.171.479	5.570.208.959	6.287.033.824	12,9%	6,3%
CMSP + TCMSP (B)	841.077.355	793.610.000	116.186.490	139.908.746	20,4%	13,4%
Adm. Indireta (C)	7.623.964.211	8.820.544.108	1.402.387.282	1.752.048.039	24,9%	17,7%
Consolidado (A+B+C)	42.041.788.033	50.569.325.587	7.088.782.732	8.178.990.609	15,4%	8,7%

As Tabelas 2.3 e 2.4 contêm as despesas liquidadas nos meses de janeiro a março de 2013 e 2014 detalhadas por órgão. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente na próxima seção.

Tabela 2.3 - Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão - PMSP

(Fonte: SOF, posição 23/04/2014)

Cod.	Órgão	Jan-Mar/2013	Jan-Mar/2014	Var.%
11	Secretaria do Governo Municipal	68.280.008	66.995.148	-1,9%
12	Secretaria Mun. de Coordenação das Subprefeituras	61.212.944	58.035.543	-5,2%
13	Secretaria Municipal de Planejamento	27.888.222	25.456.994	-8,7%
14	Secretaria Municipal da Habitação	49.164.199	40.202.685	-18,2%
16	Secretaria Municipal de Educação	1.444.830.049	1.558.018.667	7,8%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	54.454.405	52.396.253	-3,8%
18	Secretaria Municipal da Saúde	3.881.304		
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	22.714.498	25.157.588	10,8%
20	Secretaria Municipal de Transportes	386.096.805	404.075.491	4,7%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	35.898.391	33.924.339	-5,5%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	40.619.988	103.260.538	154,2%
23	Secretaria Municipal de Serviços	4.971.427	8.423.888	69,4%
24	Secretaria Mun. de Assist. e Desenvolvimento Social	50.619.944	24.571.533	-51,5%
25	Secretaria Municipal de Cultura	42.557.819	35.436.845	-16,7%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	24.002.836	23.176.771	-3,4%
28	Encargos Gerais do Município	1.605.686.440	1.722.413.869	7,3%
30	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	9.358.737	5.627.917	-39,9%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	941.177	886.687	-5,8%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo ⁽¹⁾	564.379	2.364.789	319,0%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	9.879.477	5.104.538	-48,3%
36	Secretaria Mun. da Pessoa c/ Deficiência e Mob. Reduzida	1.249.534	1.462.391	17,0%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	6.199.885	5.927.259	-4,4%

Cod.	Órgão	Jan-Mar/2013	Jan-Mar/2014	Var.%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	62.978.246	65.155.559	3,5%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial ⁽¹⁾		992.815	
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais ⁽¹⁾		1.114.643	
41	Subprefeitura Perus	3.563.661	4.079.583	14,5%
42	Subprefeitura Pirituba	5.113.617	5.735.042	12,2%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	4.149.721	4.419.142	6,5%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	2.636.317	3.286.825	24,7%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	3.818.629	4.798.465	25,7%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	3.303.222	4.065.065	23,1%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	4.456.966	5.022.762	12,7%
48	Subprefeitura Lapa	5.122.005	5.687.990	11,1%
49	Subprefeitura Sé	7.278.130	9.462.683	30,0%
50	Subprefeitura Butantã	6.120.899	6.551.457	7,0%
51	Subprefeitura Pinheiros	5.683.937	6.620.332	16,5%
52	Subprefeitura Vila Mariana	5.217.273	4.928.730	-5,5%
53	Subprefeitura Ipiranga	5.598.435	6.404.072	14,4%
54	Subprefeitura Santo Amaro	4.833.449	4.592.526	-5,0%
55	Subprefeitura Jabaquara	3.678.054	3.742.622	1,8%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	3.514.782	4.030.654	14,7%
57	Subprefeitura Campo Limpo	5.990.102	8.473.705	41,5%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	3.902.998	5.823.823	49,2%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	4.678.814	4.893.434	4,6%
60	Subprefeitura Parelheiros	3.232.801	2.650.658	-18,0%
61	Subprefeitura Penha	5.420.884	5.596.962	3,2%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	3.487.129	3.431.241	-1,6%
63	Subprefeitura São Miguel	6.015.689	5.816.717	-3,3%
64	Subprefeitura Itaim Paulista	4.258.577	4.711.764	10,6%
65	Subprefeitura Mooca	4.836.732	6.448.825	33,3%

Cod.	Órgão	Jan-Mar/2013	Jan-Mar/2014	Var. %
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	4.362.467	4.978.656	14,1%
67	Subprefeitura Itaquera	5.719.792	6.012.038	5,1%
68	Subprefeitura Guaianases	5.225.172	6.257.065	19,7%
69	Subprefeitura Vila Prudente ⁽¹⁾	5.052.029	4.239.535	-16,1%
70	Subprefeitura São Mateus	5.858.908	6.694.616	14,3%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	3.060.283	3.525.319	15,2%
72	Subprefeitura de Sapopemba ⁽¹⁾		982.969	
78	Secretaria Municipal de Licenciamento ⁽¹⁾		10.762.583	
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres ⁽¹⁾		1.219.924	
84	Fundo Municipal de Saúde	1.115.824.601	1.463.421.313	31,2%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	17.506.501	14.750.600	-15,7%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	116.279.780	124.866.582	7,4%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	0	0	
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	0	0	
90	Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente	2.552.717	5.365.805	110,2%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	138.444.806	164.242.483	18,6%
94	Fundo Esp. do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	555.594	9.193.580	1554,7%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	891.173	0	-100,0%
96	Fundo Municipal de Turismo	0	0	
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Amb. Paulistano	0	0	
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	438.864	14.244.631	3145,8%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	18.472.734	44.818.296	142,6%
Total PMSP		5.570.208.959	6.287.033.824	12,9%

Tabela 2.4 - Comparativo da Despesa Liquidada - Adm. Indireta

(Fonte: SOF, posição 23/04/2014)

Cod.	Órgão	Jan-Mar/2013	Jan-Mar/2014	Var. %
01	Autarquia Hospitalar Municipal	161.117.322	192.088.726	19,2%
02	Hospital do Servidor Público Municipal	32.597.875	55.434.150	70,1%
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	943.386.887	1.134.800.108	20,3%
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	20.067.408	25.178.398	25,5%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	840.438	898.847	6,9%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Munic. De Limpeza Urbana	222.251.214	306.470.353	37,9%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	15.281.370	12.227.565	-20,0%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	131.527	22.621.677	17099,2 %
91	Fundo Municipal de Habitação	6.713.241	2.328.214	-65,3%
Total Adm. Indireta		1.402.387.282	1.752.048.039	24,9%

⁽¹⁾ Os seguintes órgãos foram criados pela Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013: Secretarias Municipais de Promoção da Igualdade Racial - SMPIR, de Relações Governamentais - SMRG, de Licenciamento - SEL, de Políticas para as Mulheres - SMPM, Controladoria Geral do Município - CGM e Subprefeitura de Sapopemba - SP-SB. O distrito de Sapopemba até 2013 fazia parte da Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba.

3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP

Conforme o art. 29-A da Constituição Federal - CF, o total de despesas do Legislativo Municipal não poderá ultrapassar, no caso de São Paulo, município com população acima de 8 milhões de habitantes, 3,5% da base de receita, relativa ao ano anterior, composta pelo somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do

art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Carta Magna. Até 2009, o limite de despesas era de 5% da mesma base de receitas.

As despesas liquidadas em 2014 acumuladas até o mês de março da CMSP e do TCMSP totalizaram, respectivamente, R\$ 97,5 milhões e R\$ 42,4 milhões, sendo esses valores provisórios, sujeitos a alterações posteriores.

Tabela 3.1 - Despesa Liquidada CMSP e TCMSP – em R\$

Órgão	Março/2014	Jan-Mar / 2014
CMSP	32.058.058	97.477.708
TCMSP	14.819.827	42.431.038
CMSP + TCMSP	46.877.886	139.908.746

Fonte: www.camara.sp.gov.br; www.tcm.sp.gov.br

O Gráfico 3.1 ilustra a evolução anual do percentual de despesas da CMSP e do TCMSP em relação à base de receitas do art. 29-A da CF.

As despesas liquidadas (adotando o regime de competência) da CMSP estão divididas em três grupos: pessoal (despesas liquidadas, excluindo inativos), grandes despesas e outras despesas (ambas despesas

liquidadas com ajuste pelo valor de empenho anual).

Com base em série histórica com início em 2002, foram definidos como “Grandes Despesas CMSP” os itens de gastos que correspondem a cerca de 80% das despesas da Câmara, excetuando pessoal, quais sejam: programas televisivos, vale-refeição, estagiários, correio, limpeza, Eletropaulo,

publicidade, Prodam, sistema de RH, conservação predial, vale-transporte, telefonia, locação de veículos, combustível e verba de gabinete (elemento de despesa Indenizações e Restituições).

A despesa liquidada no ano pelo Poder Legislativo (CMSP + TCMSP) até o mês de

março representou 0,485% da base de receitas, semelhante ao padrão histórico de execuções anteriores, como pode ser observado no gráfico a seguir. Ressalte-se, ademais, que este estudo realiza ajuste mensal a fim de tornar o valor liquidado anual o mais próximo do valor empenhado anual.

Gráfico 3.1 - Evolução da Despesa da CMSP e do TCMSP - Março em % da Base de Receitas do art. 29A, CF



Fonte: GIAP e CETIL para dados da CMSP - despesas liquidadas por competência - dados prévios

NovoSEO e relatório de execução orçamentária (disponível em www.tcm.sp.gov.br) para dados do TCMSP

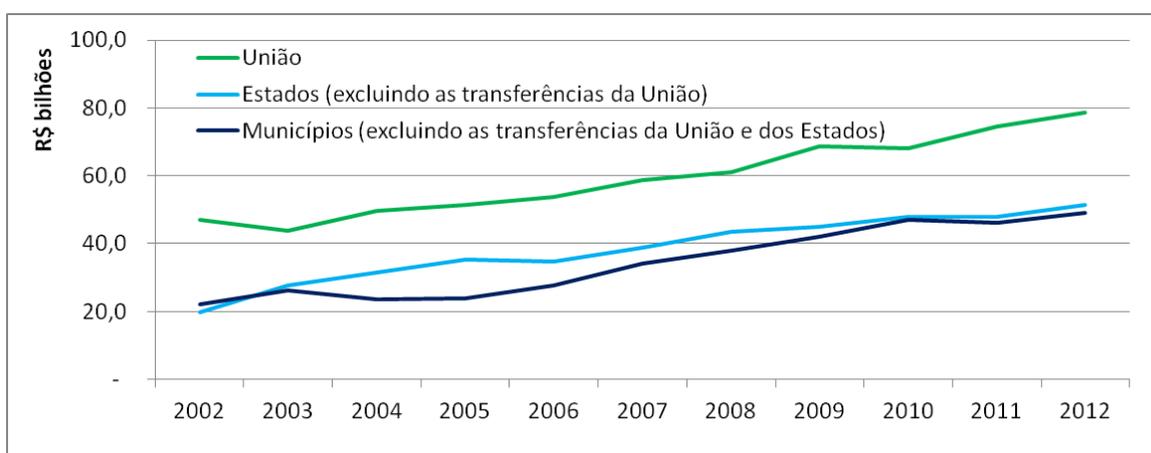
4. Despesas e Desempenho do Sistema de Saúde - São Paulo

Este estudo mostra brevemente dados sobre a evolução recente das despesas orçamentárias na área da saúde e apresenta alguns indicadores da área no município de São Paulo.

No país, a responsabilidade pelo financiamento das ações e dos serviços de saúde é compartilhada entre as três esferas de governo. A principal financiadora é a União (Gráfico 4.1), seja executando diretamente a despesa, seja transferindo recursos para os fundos estaduais e municipais, conforme os compromissos e as metas pactuadas nos Termos de Compromisso de Gestão.

A Lei Complementar nº 141/2012 define que a União deva aplicar, no mínimo, o equivalente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior acrescido do percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto - PIB ocorrida no ano anterior. Os estados e municípios devem aplicar, respectivamente, 12% e 15% das suas bases de receita¹.

Gráfico 4.1 - Despesas na Função Saúde por Esfera de Governo - 2002 a 2012 em R\$ de 2012



Fonte: Consolidação das Contas Públicas 2012. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/balanco-do-setor-publico-nacional

(1) Para os estados, a base de receita é a arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios. Para os municípios, a base de receita é arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Somando os recursos das três esferas, registrou-se, de 2002 a 2012, um crescimento real de 100% nos gastos consolidados na função saúde (de R\$ 89 bilhões para R\$ 179 bilhões - em R\$ de 2012). Em 2012, a União financiou despesas na função saúde no valor de R\$ 78,6 bilhões, o equivalente a 43,9% no total, sendo que parte deste montante é transferido para estados e municípios aplicarem em saúde (Gráfico 4.1).

A Tabela 4.1 mostra o gasto *per capita* em 2012 com ações e serviços públicos de saúde por Unidade da Federação, discriminando o gasto federal, estadual e municipal.

Tabela 4.1 - Gasto Público *per capita* com Ações e Serviços Públicos de Saúde - 2012
em R\$ de 2012

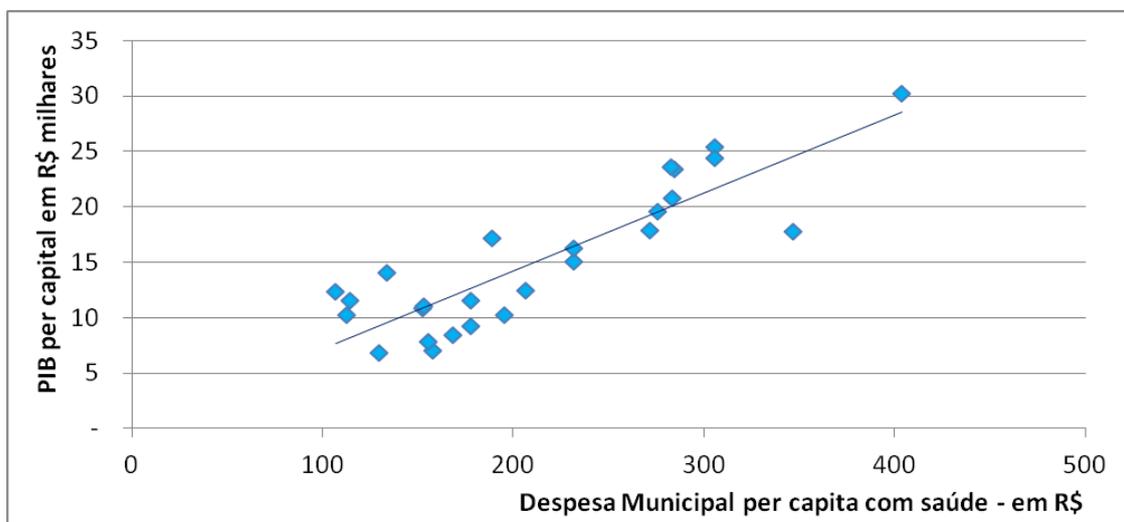
UF	Gasto Total <i>per capita</i> (I)	Gasto Federal <i>per capita</i> (II)	% Fed. (II/I)	Gasto Estadual <i>per capita</i> (III)	% Est. (III/I)	Gasto Municipal <i>per capita</i> (III)	% Mun. (III/I)
Acre	1.046,92	315,42	30%	616,79	59%	114,71	11%
Tocantins	1.040,92	298,20	29%	536,13	52%	206,59	20%
Roraima	987,49	260,56	26%	592,71	60%	134,22	14%
Mato Grosso do Sul	924,83	304,34	33%	273,23	30%	347,27	38%
São Paulo	924,70	241,13	26%	279,79	30%	403,77	44%
Amapá	865,39	262,77	30%	495,83	57%	106,80	12%
Espírito Santo	858,92	250,88	29%	323,16	38%	284,88	33%
Distrito Federal	858,40	231,03	27%	627,37	73%	-	-
Rio de Janeiro	856,61	340,26	40%	210,56	25%	305,78	36%
Amazonas	843,79	231,91	27%	422,61	50%	189,28	22%
Rio Grande do Sul	812,97	347,24	43%	182,83	22%	282,91	35%
Mato Grosso	795,28	255,82	32%	263,28	33%	276,18	35%
Santa Catarina	794,11	259,62	33%	228,81	29%	305,67	38%
Rondônia	774,30	236,83	31%	305,51	39%	231,97	30%
Sergipe	760,32	303,00	40%	279,2	37%	178,12	23%
Rio Grande do Norte	737,62	283,57	38%	258,52	35%	195,54	27%
Paraná	733,42	279,81	38%	170,15	23%	283,47	39%
Minas Gerais	730,65	267,91	37%	191,07	26%	271,68	37%
Pernambuco	667,86	281,54	42%	233,7	35%	152,62	23%
Paraíba	662,73	286,24	43%	207,62	31%	168,87	25%
Goiás	625,40	242,06	39%	151,34	24%	232,01	37%
Piauí	622,82	290,17	47%	174,85	28%	157,79	25%
Ceará	618,12	259,99	42%	180,01	29%	178,12	29%
Alagoas	584,20	280,17	48%	148,43	25%	155,60	27%
Bahia	582,49	273,26	47%	155,99	27%	153,24	26%
Maranhão	519,11	242,96	47%	146,19	28%	129,95	25%
Pará	482,63	194,26	40%	175,69	36%	112,68	23%
Brasil*	903,52	412,75	46%	230,52	26%	260,25	29%

Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria Executiva/Área de Economia da Saúde e Desenvolvimento/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS (Gasto Estadual e Municipal); SPO/SE e Fundo Nacional de Saúde - FNS (Gasto Federal). Dados disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2012/e0602.def>

* Para minimizar a distorção do gasto público federal com saúde entre os estados optou-se por contabilizar esta despesa com pessoal na rubrica "Nacional".

Conforme os dados da Tabela 4.1 mostram, a participação federal no gasto *per capita* com ações e serviços públicos de saúde tende, com algumas exceções, a ser maior nos estados com os menores valores de gasto público *per capita*, o que atenderia a um dos objetivos para o rateio dos recursos da União, que é a progressiva redução das disparidades regionais. A participação municipal está bastante relacionada à renda econômica do estado. Municípios economicamente mais ricos tendem a dispor de mais recursos orçamentários e, consequentemente, maiores serão as receitas destinadas à saúde. O Gráfico 4.2 ilustra essa correlação positiva entre PIB *per capita* e gasto municipal *per capita* em saúde.

Gráfico 4.2 - Estados Brasileiros - PIB *per capita* e Despesa Municipal *per capita* com saúde - 2012



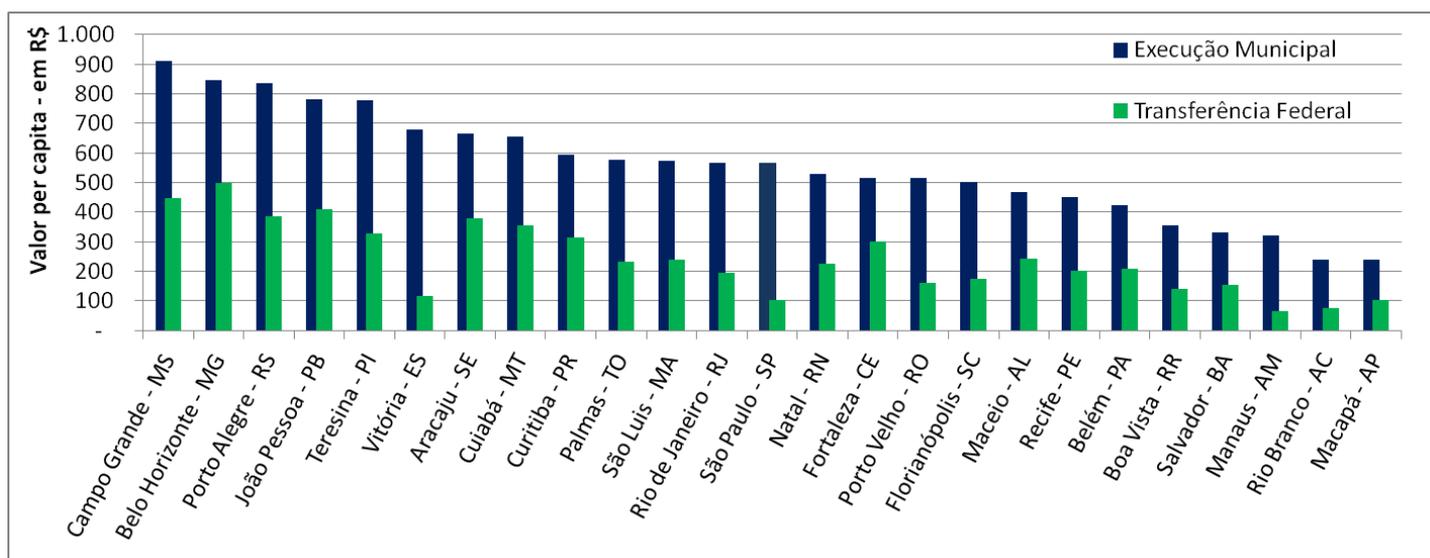
Fonte: PIB per capita estadual - IBGE.. Despesa Municipal per capita com saúde: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS

A participação da despesa estadual, por sua vez, não apresentou a mesma correlação vista no gasto municipal. Isso ocorreu pois, nos estados com as maiores participações estaduais (Acre, Roraima, Tocantins, Amazonas), observou-se uma despesa com saúde significativamente superior ao limite constitucional de 12% da base de receita², o que torna o gasto percentual desses estados superior ao de estados com renda maior, mas que aplicaram em saúde percentual próximo ao limite constitucional.

(2) Em 2012, no estado do Acre, a despesa das ações e dos serviços de saúde corresponderam a 16,3% da base de receita; em Roraima, 14,2%; Tocantins, 18,5%; Amazonas, 21%.

Com relação à execução orçamentária das capitais do país, observa-se uma ampla dispersão dos gastos municipais *per capita* na função saúde. O Gráfico 4.3 ilustra em ordem decrescente os valores *per capita* executados, em 2012, pelas prefeituras das capitais dos estados. De acordo com os dados do Finanças Brasil - FINBRA 2012, parte importante desta dispersão deve-se à contribuição dada pelas transferências federais do Sistema Único de Saúde - SUS.

Gráfico 4.3 - Execução Municipal 2012 na Função Saúde e Transferências Federais SUS - per capita - em R\$ de 2012 - Capitais*



Fonte: FINBRA 2012/ Secretaria do Tesouro Nacional - (*) não inclui Goiânia - GO

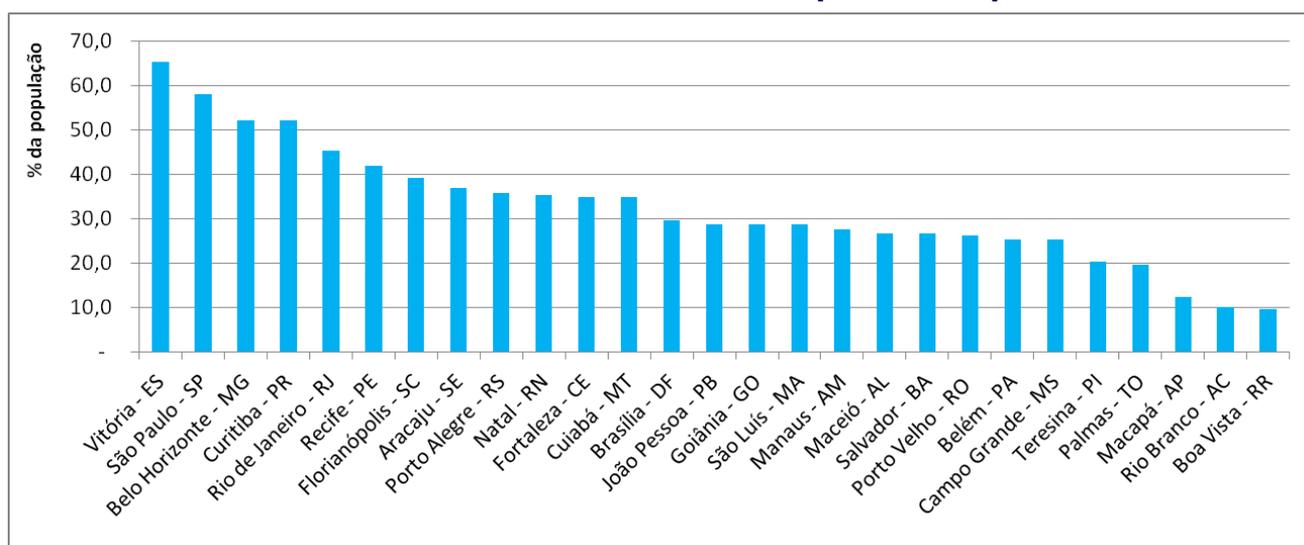
O maior valor *per capita* (Campo Grande - MS) é 3,8 vezes superior ao menor valor *per capita* (Macapá - AP). Da mesma forma, as transferências federais, em termos *per capita*, recebidas por Campo Grande correspondem a 4,4 vezes as recebidas por Macapá.

Com relação ao município de São Paulo, apesar de a sua despesa *per capita* executada (R\$ 565,53) situar-se em um nível intermediário entre as capitais, o valor de transferências federais - SUS recebido pelo município foi, entre as capitais, um dos menores em termos *per capita*, assim como Vitória - ES.

Deve-se, aqui, ressaltar que o país convive com um sistema público e outro privado de saúde. Nas cidades em que a parcela da população usuária do sistema privado é relativamente maior, a demanda pelo sistema público tende a ser menor, desconsiderando outros fatores que possam também influir sobre a demanda sobre o sistema público. Assim, cidades com determinado nível de gasto per capita, mas com alta parcela da população usuária do sistema privado, estão destinando na prática mais recursos para a população que efetivamente usa o

sistema público do que cidades com o mesmo nível de gasto per capita e com uma parcela menor da população usuária do sistema privado. Este pode ser o caso de cidades como São Paulo - SP e Vitória - ES. Como pode ser observado no Gráfico 4.4, essas cidades apresentam, entre as capitais, as maiores parcelas de população cobertas por planos de saúde privados de saúde, o que significa, em termos proporcionais, uma menor demanda pelo serviço público, o que pode explicar, em parte, as menores transferências de recursos federais do SUS.

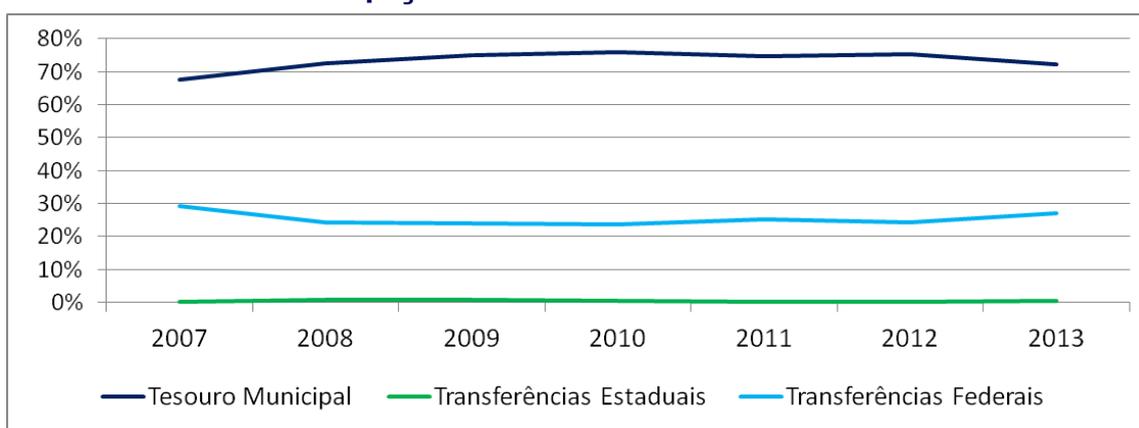
Gráfico 4.4 - Proporção da população coberta por planos privados de saúde – Assistência médica ambulatorial mais hospitalar - Capitais 2012



Fonte: Agência Nacional de Saúde - ANS

Conforme o Gráfico 4.5 mostra, nos últimos 7 anos, a participação dos recursos federais na execução das despesas na função Saúde, no município de São Paulo, oscilou entre 24% e 29%. Os recursos próprios do tesouro municipal são a principal fonte de financiamento das despesas na função Saúde, variando no período entre 67% e 76%.

Gráfico 4.5 - Execução na Função Saúde 2007 a 2013 - Município de São Paulo Participação % de cada Fonte de Recursos



Fonte: Sistema Ábaco / TCMSP

A Tabela 4.2 apresenta a evolução *per capita* das despesas na função Saúde entre o período de 2007 a 2012 nas capitais.

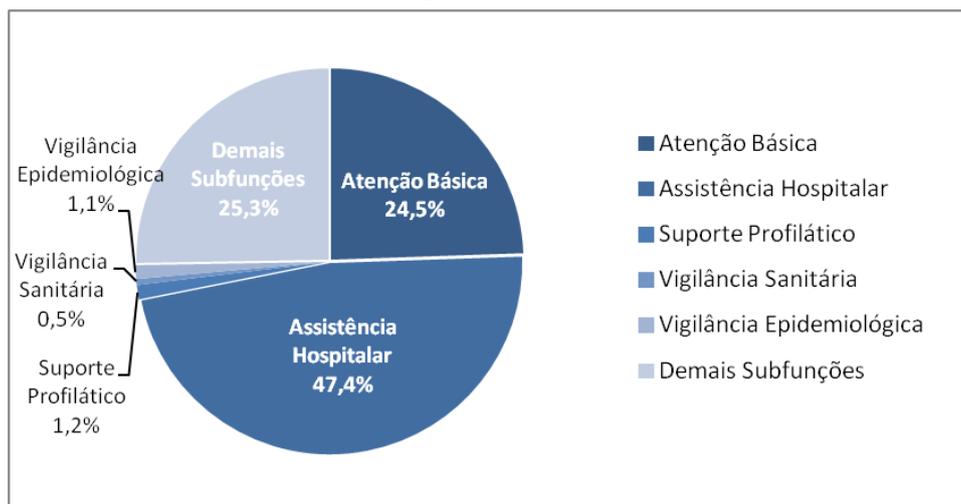
Tabela 4.2 - Evolução da Despesa Municipal per capita na Função Saúde Capitais * - em R\$ de 2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Var% 2012/2007
Campo Grande - MS	661,75	748,21	737,89	759,66	828,43	911,62	38%
Belo Horizonte - MG	598,94	643,67	730,52	741,35	781,48	847,13	41%
Porto Alegre - RS	613,65	631,67	672,20	674,07	713,01	834,38	36%
João Pessoa - PB	402,53	535,63	553,92	603,22	713,94	781,46	94%
Teresina - PI	486,54	547,91	649,29	695,98	760,23	778,01	60%
Vitória - ES	617,06	625,99	665,31	593,29	627,78	678,44	10%
Aracaju - SE	518,90	565,95	591,52	556,11	646,65	665,75	28%
Cuiabá - MT	465,06	532,51	594,47	334,07	664,05	653,69	41%
Curitiba - PR	458,08	476,02	523,88	512,39	541,90	595,09	30%
Palmas - TO	509,28	575,67	490,84	402,14	477,36	577,56	13%
São Luis - MA	439,58	461,66	519,77	572,84	562,26	572,88	30%
Rio de Janeiro - RJ	370,09	389,61	386,15	412,74	474,11	566,65	53%
São Paulo - SP	400,57	472,37	504,50	519,07	547,28	565,53	41%
Natal - RN	346,99	375,49	418,30	440,08	505,85	530,68	53%
Fortaleza - CE	414,46	442,44	469,10	464,65	481,30	516,03	25%
Porto Velho - RO	271,10	291,97	343,30	378,59	428,41	514,85	90%
Florianópolis - SC	303,20	378,13	439,65	452,77	476,66	502,15	66%
Maceió - AL	310,71	348,22	389,12	393,20	456,75	466,97	50%
Recife - PE	303,08	335,79	359,03	387,46	407,08	452,26	49%
Belém - PA	368,64	376,10	410,01	423,92	406,58	422,52	15%
Boa Vista - RR	419,94	389,38	466,59	441,90	325,23	355,24	-15%
Salvador - BA	267,54	276,13	308,95	373,83	356,76	330,01	23%
Manaus - AM	245,13	251,93	278,23	285,59	295,09	323,11	32%
Rio Branco - AC	209,35	224,38	220,25	207,75	215,49	240,96	15%
Macapá - AP	170,27	238,32	230,00	242,81	244,46	238,96	40%
Média - Capitais	401,66	441,67	473,02	486,49	521,82	561,08	40%

Fonte: FINBRA/STN - 2007 a 2012 - (*) não inclui Goiânia - GO

Na média das capitais, observou-se um expressivo crescimento real de 40% entre 2007 a 2012 (Tabela 4.2). Na capital paulista, a evolução anual dos gastos *per capita* foi próxima da média observada nas capitais, apresentando um crescimento real de 41% no mesmo período. O elevado crescimento observado nas despesas da função saúde pode ser decomposto entre as principais subfunções típicas que compõem a função saúde, destacando-se a “Assistência Hospitalar e Ambulatorial” e “Atenção Básica”, que representam, respectivamente,

Gráfico 4.5 - Distribuição das Despesas da Função Saúde entre as Subfunções Capitais 2012

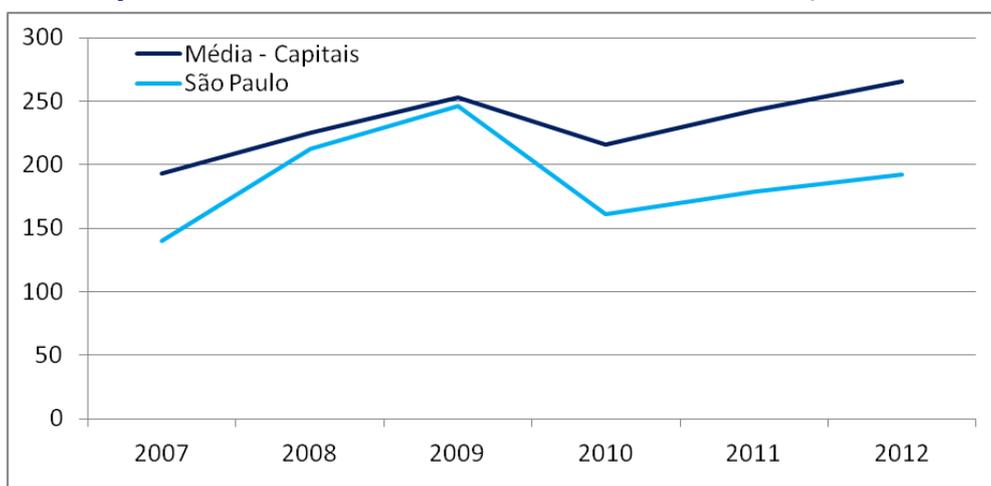


Fonte: FINBRA/STN - 2012

47,4% e 24,5% das despesas na função saúde entre as capitais (Gráfico 4.5).

A maior subfunção, a “Assistência Hospitalar e Ambulatorial”, abrange as ações destinadas à cobertura de despesas relativas a internações hospitalares e ao tratamento ambulatorial, incluindo exames de laboratório necessários ao diagnóstico e tratamento de doenças³. Em São Paulo, o dispêndio público municipal nesta subfunção apresentou, nos últimos anos, um crescimento real *per capita* de 37,5%, percentual próximo da média observada entre as outras capitais, de 37,8%. Em termos absolutos, de 2007 a 2012, o valor *per capita* aplicado pelo município de São Paulo ficou abaixo da média entre as capitais (Gráfico 4.6).

Gráfico 4.6 - Despesa Pública Municipal *per capita* - Subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial - 2007 a 2012 - em R\$ de 2012

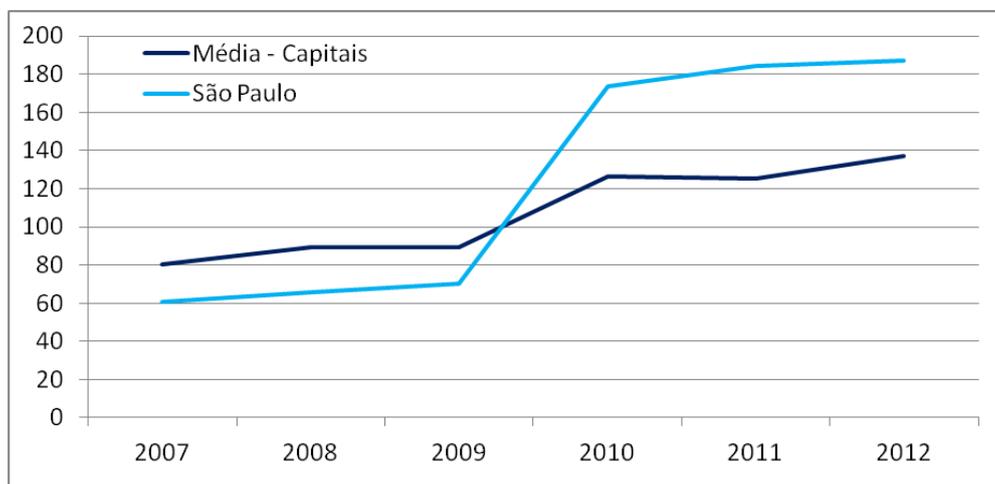


Fonte: FINBRA/STN - 2007 a 2012

(3) Relatório Sistemático de Fiscalização - FISCISAÚDE. Tribunal de Contas da União (TC 032.624/2013-1) disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/032.624-2013-1%20Fisc%20Saude.pdf

O crescimento da despesa municipal de São Paulo na função saúde foi impulsionado principalmente pela subfunção “Atenção Básica”, que abrange as ações desenvolvidas para atender as demandas básicas de saúde, tais como divulgação de medidas de higiene, acompanhamento domiciliar das condições de saúde da população de baixa renda e outras medidas e ações preventivas ou curativas³. Em São Paulo, o dispêndio público municipal *per capita* nesta subfunção apresentou, de 2007 a 2012, um crescimento real de 207%, superando, em termos absolutos, o valor *per capita* médio aplicado nas capitais, que cresceu 70% no mesmo período (Gráfico 4.7).

Gráfico 4.7 - Despesa Pública Municipal *per capita* - Subfunção Atenção Básica - 2007 a 2012 - em R\$ de 2012



Fonte: FINBRA/STN - 2007 a 2012

Desempenho do Sistema de Saúde

Em contrapartida à observada elevação das despesas, espera-se uma correspondente aumento dos serviços de saúde oferecidos pelo sistema público municipal. São apresentadas a seguir a evolução de alguns indicadores de desempenho geral do sistema.

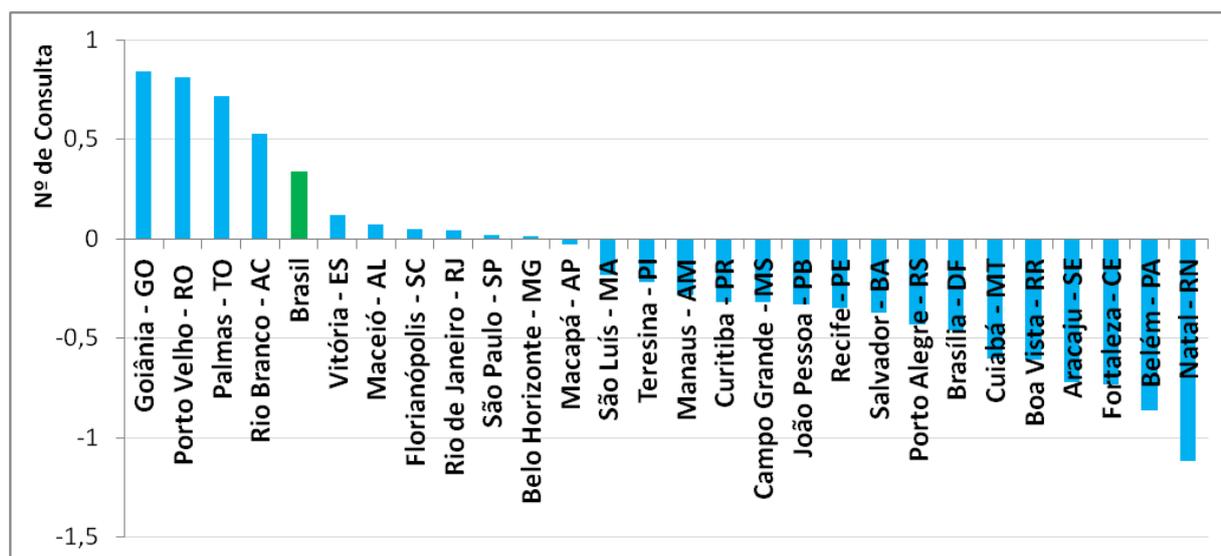
Uma importante fonte de informações é a pesquisa elaborada pelo Ministério da Saúde “*Indicadores e Dados Básicos para a Saúde - IDB*”, que compreende um amplo conjunto de indicadores de saúde desagregados em regiões, estados e capitais.

(3) Relatório Sistemático de Fiscalização - FISCISAÚDE. Tribunal de Contas da União (TC 032.624/2013-1) disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/032.624-2013-1%20Fisc%20Saude.pdf

Na sequência são apresentadas as evoluções dos indicadores: número de consulta por habitante, número de internações por habitante e a cobertura de consultas de pré-natal.

O Gráfico 4.8 apresenta a variação do número médio de consultas médicas por habitante no Sistema Único de Saúde (SUS) nas capitais entre os anos de 2007 e 2012. Este indicador mede a relação entre a produção de consultas médicas no SUS e a população residente no município.

Gráfico 4.8 - Variação do nº de Consultas SUS por habitante - Capitais - 2007 a 2012

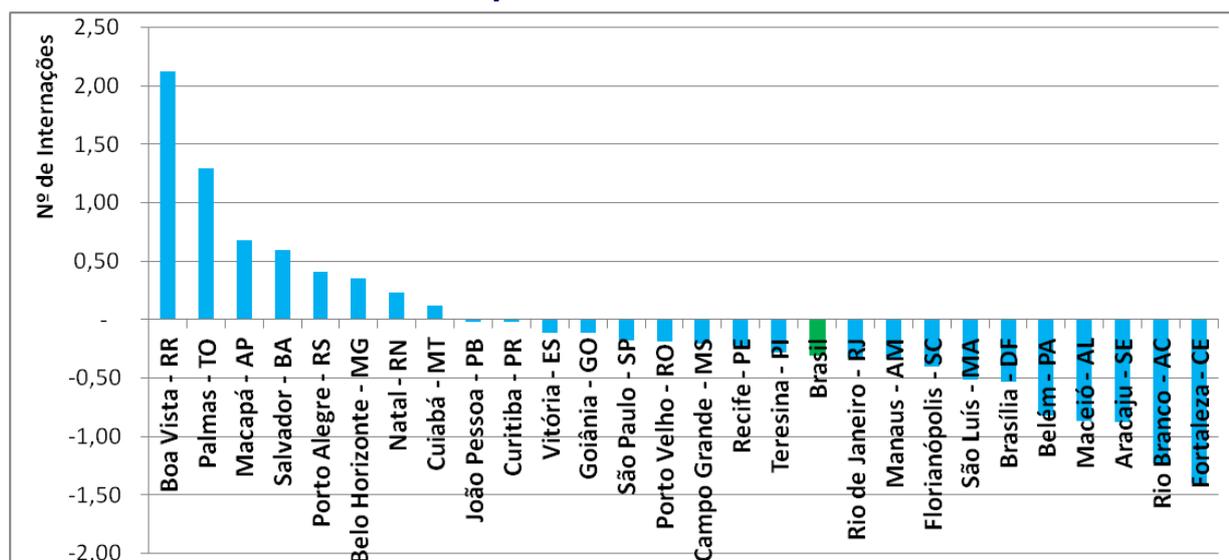


Fonte: Indicadores e Dados Básicos - 2008 e 2013 – disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>

Das 27 capitais analisadas, em apenas 10 houve aumento do número médio de consultas por habitante entre 2007 e 2012. No Brasil como um todo, observou-se um aumento de 0,34 no número médio de consultas por habitante e, em São Paulo, houve um pequeno aumento deste número (de 0,02), passando de 3,02 para 3,04 consultas por habitante.

Outro indicador do sistema de saúde é o número médio de internações hospitalares (SUS) por habitante. Este indicador mede a relação entre a produção de internações hospitalares com financiamento pelos SUS e a população residente do município.

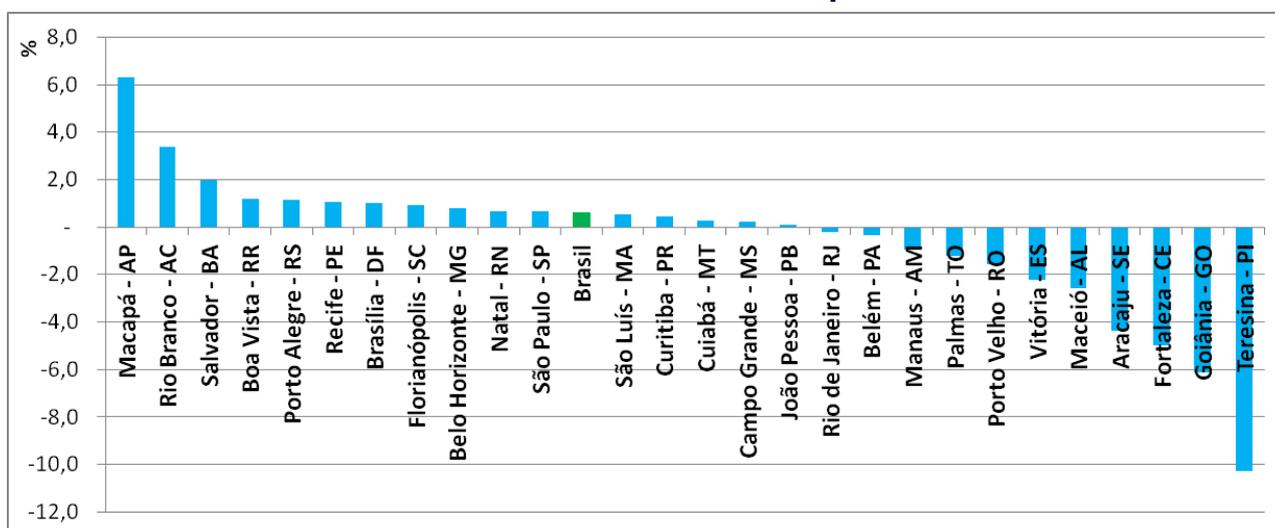
Gráfico 4.9 - Variação do nº de Internações SUS por habitante - Capitais - 2007 a 2012



Fonte: Indicadores e Dados Básicos - 2008 e 2013 – disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>

O Gráfico 4.9 apresenta a variação do número de internações pelo SUS por habitante nas capitais entre os anos de 2007 e 2012. Entre as 27 capitais analisadas, em apenas 8 houve aumento do número de internações/habitante entre 2007 e 2012. No Brasil, observou-se um queda de 0,3 no número médio de internações SUS por habitante. Em São Paulo, houve uma redução de 0,18 do número de internações SUS por habitante, passando de 5,13 para 4,95. A seguir, utiliza-se como indicador de cobertura de consultas de pré-natal a porcentagem de mulheres com filhos nascidos vivos que passaram por pelo menos 4 consultas de pré-natal⁴.

Gráfico 4.10 - Variação do Percentual de Mulheres com mais de 4 consultas de Pré-Natal - 2006 a 2011 - Capitais



Fonte: Indicadores e Dados Básicos - 2008 e 2013 – disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>

(4) O Ministério da Saúde (Portaria nº 570, de 1º de Junho de 2000) estabeleceu como padrão mínimo a realização de 6 consultas de pré-natal.

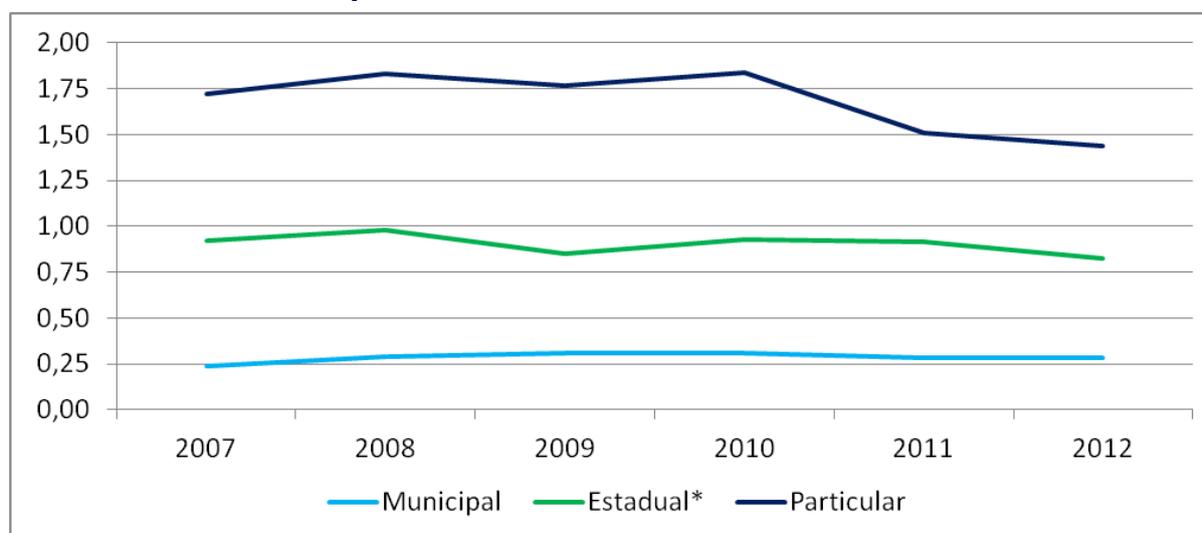
O Gráfico 4.10 apresenta a variação, entre 2006 e 2011, do percentual de mulheres nesta situação residentes nas capitais. Entre as 27 capitais analisadas, em 16 observou-se aumento no percentual de mulheres que passaram por pelo menos 4 consultas do número de internações habitante entre 2007 e 2012. No país, houve um aumento de 0,60% neste percentual de mulheres. Em São Paulo, o aumento foi de 0,65%, percentual um pouco acima da média nacional, passando de 93,96% para 94,61%.

Além dos indicadores nacionais do IDB, a Secretaria Municipal de Saúde divulga⁵, no âmbito do município de São Paulo, outros indicadores, dos quais apresentam-se: leitos hospitalares por habitante e mortalidade infantil.

Leitos por Habitante

Entre 2007 a 2012, houve no município de São Paulo uma redução do coeficiente de leitos hospitalares por mil habitantes. Este coeficiente que era de 2,88 em 2007, passou para 2,55 em 2012. O Gráfico 4.11 mostra a evolução anual desse coeficiente nas redes municipal, estadual e particular no município de São Paulo.

Gráfico 4.11 - Coeficiente Leitos Hospitalares por mil habitantes – Redes Municipal, Estadual* e Particular - 2007 a 2012



(*) Na Rede Estadual está computado o hospital da rede federal

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES, Secretaria Municipal da Saúde/SMS e Secretaria de Estado da Saúde/SES em Infocidade (http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/10_hospitais_leitos_e_coeficiente_por_rede_2000_10593.html)

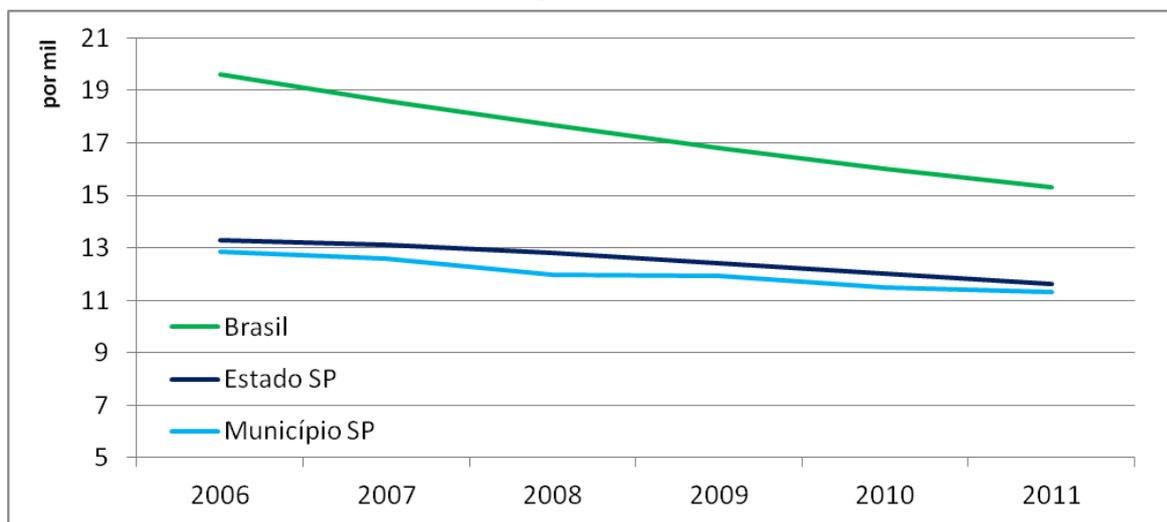
(5) <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=10&titulo=Sa%FAde>

Entre 2007 e 2012, observou-se aumento do coeficiente apenas na rede municipal, tendo passado de 0,24 para 0,28, o que representa um aumento de 18%. Na rede estadual, houve uma redução de 0,92 para 0,82 (-10%); e, na rede particular, uma queda de 1,72 para 1,44 (-16%).

Taxa de Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil representa o número de óbitos de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos. É um indicador que reflete, de maneira geral, o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para a atenção à saúde materna e da população infantil. Entre 2006 e 2011, observou-se uma significativa redução desse índice no âmbito nacional, estadual e municipal.

Gráfico 4.12 - Taxa de Mortalidade Infantil – Brasil, Estado de SP e Município de SP 2006 a 2011 – por mil nascidos vivos



Fonte: Brasil e Estado de SP (MS/SYS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC e MS/SYS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM); Município de São Paulo (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Informações dos Municípios Paulistas IMP)

Nacionalmente, a taxa de mortalidade infantil apresentou queda de 19,6 para 15,3 por mil, o que representa uma redução de 22% entre 2006 e 2011. No estado de SP, a taxa caiu de 13,3 para 11,6, uma redução de 13%. O município de São Paulo, que das três esferas tem o menor nível para a taxa, apresentou redução de 12,9 para 11,3 (redução de 12%).

Conclusão

Este estudo procurou mostrar dados sobre a evolução das despesas orçamentárias na área da saúde e apresentar alguns indicadores da área no município de São Paulo. Observou-se, nos últimos anos, um significativo aumento real das despesas *per capita* na função saúde entre as capitais do país. Na capital paulista, o aumento real foi próximo ao da média entre as capitais; no entanto, em São Paulo o aumento foi mais concentrado na “Atenção Básica”. Entre os indicadores apresentados, São Paulo apresentou resultados superiores à média entre as capitais em: variação do número de internações SUS por habitante, variação do percentual de mulheres com mais de 4 consultas de pré-natal e variação do coeficiente leitos hospitalares por habitante.

5. Estudos CBO

Com a finalidade de facilitar a pesquisa e o acesso a seus estudos, o Departamento de Orçamento do Congresso Americano (CBO, na sigla em inglês) divulgou em 25 de abril uma página que cobre relatórios recorrentes que esse Departamento publica desde o ano 2000. O link é <<http://www.cbo.gov/about/our-products/RecurringReports>>.

Também neste mês de abril, diversos estudos foram divulgados pelo CBO. Dentre eles, destacam-se:

- novos infográficos sobre a execução orçamentária do governo federal americano em 2013; um quadro-resumo interessante pode ser acessado em

<http://www.cbo.gov/sites/default/files/cbofiles/attachments/45278-Budget_Overall_Final.pdf>

- estudo sobre a proposta orçamentária de 2015 do governo federal americano, no momento em exame no Congresso; mais detalhes em

<http://www.cbo.gov/publication/45230?utm_source=feedblitz&utm_medium=FeedBlitzEmail&utm_content=812526&utm_campaign=0>

- ensino e pesquisa: o projeto de lei de origem da Câmara dos Deputados (HR 4366) visa alterar e reautorizar a Lei das Reformas das Ciências da Educação de 2002 até o ano fiscal de 2020 (essa autorização seria automaticamente estendida um ano até 2021 ao abrigo das disposições da Lei Geral de Provisões para Educação). O CBO conclui que o projeto de lei autoriza a apropriação de US\$ 615 milhões para o ano fiscal de 2015 e US\$ 3,8 bilhões durante o período 2015-2019 para apoiar a investigação federal de ensino, análise estatística, e outras atividades. Link em:

<http://www.cbo.gov/publication/45300?utm_source=feedblitz&utm_medium=FeedBlitzEmail&utm_content=812526&utm_campaign=0>

- saúde: O CBO analisa o impacto de projeto que visa redefinir o conceito de trauma, para efeitos de destinação de recursos e atividades autorizadas a prestar apoio a atendimento de emergência. Sob a lei atual, a definição de trauma significa uma lesão resultante da exposição a uma força mecânica. O projeto expandiria a definição de trauma para incluir também uma lesão resultante da exposição a um agente extrínseco que pode ser de origem térmica, elétrica, química ou radioativa. Detalhes no link:

<http://www.cbo.gov/publication/45268?utm_source=feedblitz&utm_medium=FeedBlitzEmail&utm_content=812526&utm_campaign=0>

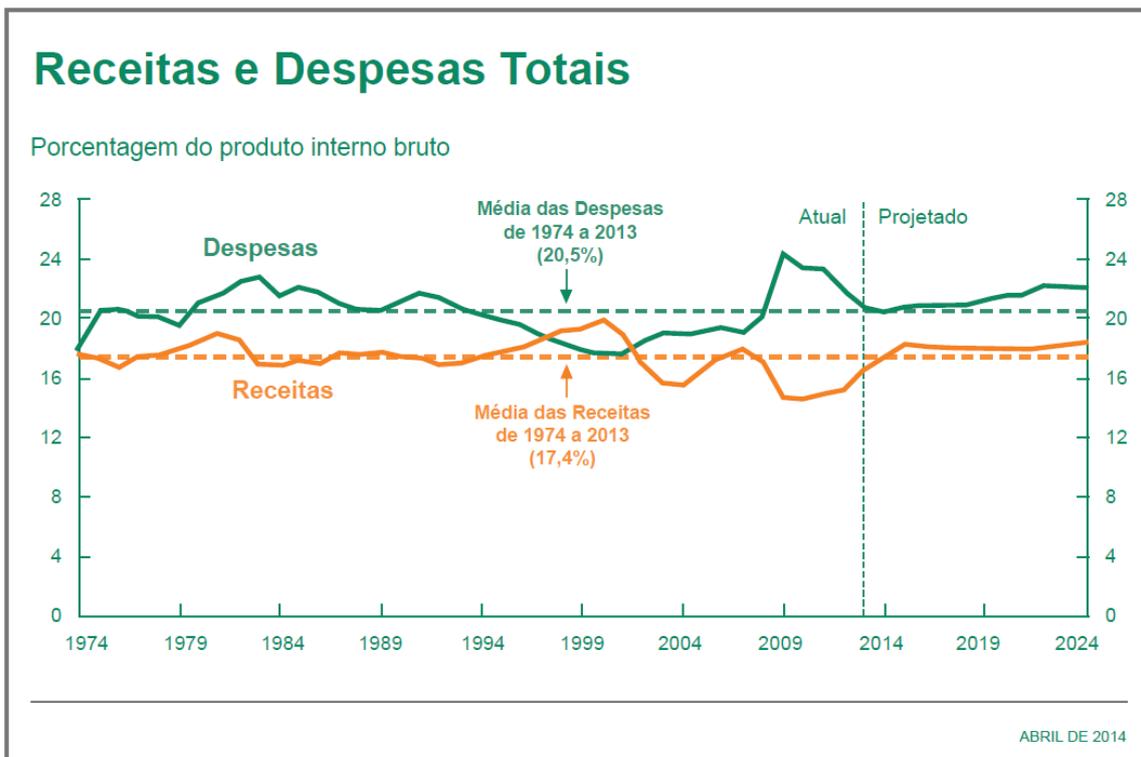
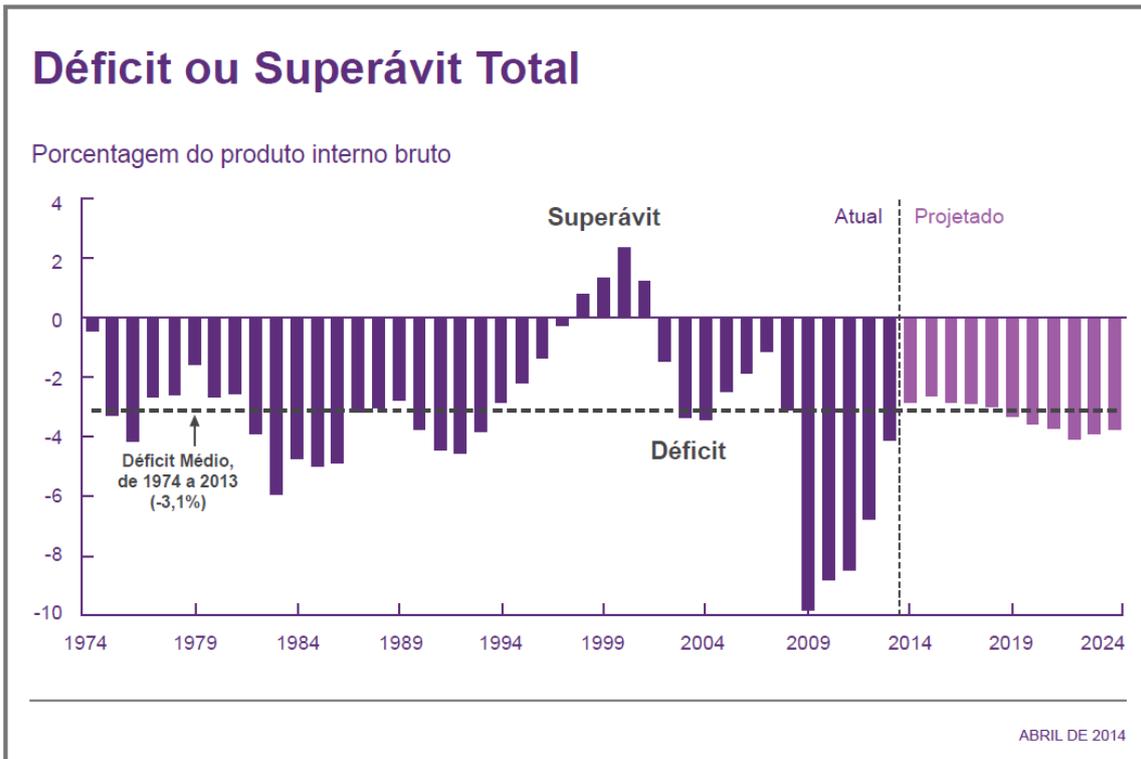
- Relatório sobre o Programa de Alívio de Ativos Problemáticos (TARP, na sigla em inglês). Em outubro de 2008, a Lei de Estabilização Econômica de Emergência estabeleceu o TARP para permitir que o Departamento do Tesouro (equivalente no Brasil ao Ministério da Fazenda) promovesse estabilidade nos mercados financeiros através da compra e garantia de "ativos problemáticos". Pela estimativa do CBO, US\$ 438 bilhões dos inicialmente autorizados US\$ 700 bilhões serão desembolsados por meio do TARP, incluindo US\$ 423 bilhões que já foram desembolsados e US\$ 15 bilhões em desembolsos projetados adicionais. A atual estimativa do CBO do custo ao governo federal de transações do TARP (também referido como o custo de subsídio), que representa os custos realizados de transações concluídas e os custos estimados de transações antecipadas e de transações não honradas, equivale a US\$ 27 bilhões. O custo de subsídio estimado do TARP deriva em grande parte de programas de concessão em curso destinados a evitar a execução de hipotecas de residências, de assistência ao American International Group (AIG) e de ajuda à indústria automobilística. Maiores informações em:

http://www.cbo.gov/publication/45260?utm_source=feedblitz&utm_medium=FeedBlitzEmail&utm_content=812526&utm_campaign=0

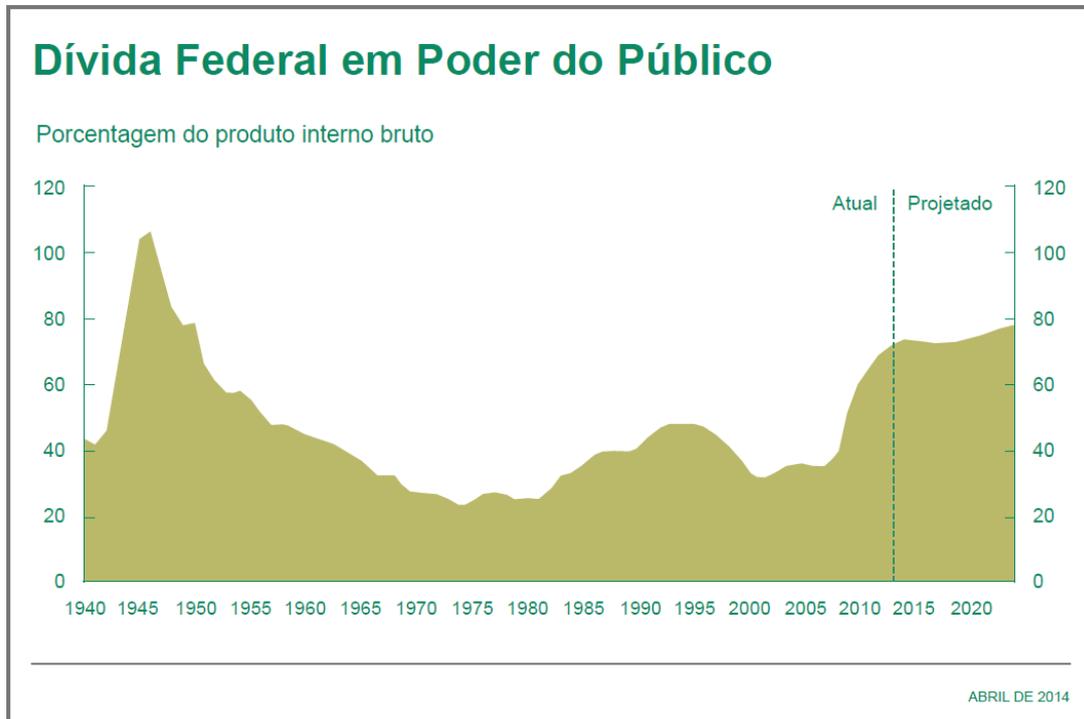
- Atualização de projeções orçamentárias 2014-2024. Conforme informa o relatório, "Como geralmente acontece a cada primavera [outono no Hemisfério Sul], o CBO atualiza as projeções de orçamento de linha de base que foram divulgadas no início do ano. O CBO estima que se as leis atuais que regem os gastos e impostos federais não mudarem, o déficit orçamentário no ano fiscal de 2014 será de 492 bilhões de dólares. Em relação ao tamanho da economia, esse déficit (2,8% do produto interno bruto - PIB), será quase um terço a menos do que o déficit de US\$ 680 bilhões do ano fiscal de 2013, que foi igual a 4,1% do PIB. Este será o quinto ano consecutivo em que o déficit terá diminuído como proporção do PIB desde o pico de 9,8% em 2009". O estudo completo pode ser lido em

http://www.cbo.gov/publication/45229?utm_source=feedblitz&utm_medium=FeedBlitzEmail&utm_content=812526&utm_campaign=0

Os quadros a seguir, referentes ao orçamento federal americano e extraídos desse estudo, apresentam dados históricos e projeções relativas à execução orçamentária:



O próximo quadro mostra a evolução da dívida pública federal, consequência da execução orçamentária:



Vereadores da 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2014:

Presidente: José Américo
1º Vice-Presidente: Marta Costa
2º Vice-Presidente: George Hato
1º Secretário: Claudinho de Souza
2º Secretário: Conte Lopes
1º Suplente: Gilson Barreto
2º Suplente: Dalton Silvano

Abou Anni	Marco Aurélio Cunha
Adilson Amadeu	Mario Covas Neto
Alfredinho	Marquito
Andrea Matarazzo	Milton Leite
Ari Friedenbach	Nabil Bonduki
Arselino Tatto	Natalini
Atílio Francisco	Nelo Rodolfo
Aurelio Miguel	Noemi Nonato
Aurélio Nomura	Orlando Silva
Calvo	Ota
Coronel Camilo	Patrícia Bezerra
Coronel Telhada	Paulo Fiorilo
David Soares	Paulo Frange
Donato	Pr. Edemilson Chaves
Edir Sales	Reis
Eduardo Tuma	Ricardo Nunes
Eliseu Gabriel	Ricardo Young
Florian Pesaro	Roberto Tripoli
Goulart	Sandra Tadeu
Jair Tatto	Senival Moura
Jean Madeira	Souza Santos
José Police Neto	Toninho Paiva
Juliana Cardoso	Toninho Vespoli
Laércio Benko	Vavá

CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Consultores Técnicos Legislativos Economistas:
 Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso,
 Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carval-
 lho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo,
 Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano,
 Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.